



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Procuradoria
Área de Apoio Calculista

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O candidato poderá levar o Caderno de Questões somente após transcorridas 3 horas e 30 minutos do início das provas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto seguinte.

Participação

Num belo poema, intitulado "Traduzir-se", Ferreira Gullar aborda o tema de uma divisão muito presente em cada um de nós: a que ocorre entre o nosso mundo interior e a nossa atuação junto aos outros, nosso papel na ordem coletiva. A divisão não é simples: costuma-se ver como antagônicas essas duas "partes" de nós, nas quais nos dividimos. De fato, em quantos momentos da nossa vida precisamos escolher entre o atendimento de um interesse pessoal e o cumprimento de um dever ético? Como poeta e militante político, Ferreira Gullar deixou-se atrair tanto pela expressão das paixões mais íntimas quanto pela atuação de um convicto socialista. Em seu poema, o diálogo entre as duas partes é desenvolvido de modo a nos fazer pensar que são incompatíveis.

Mas no último momento do poema deparamo-nos com esta estrofe:

"Traduzir uma parte
na outra parte
– que é uma questão
de vida ou morte –
será arte?"

O poeta levanta a possibilidade da "tradução" de uma parte na outra, ou seja, da interação de ambas, numa espécie de esphemamento. Isso ocorreria quando o indivíduo conciliasse verdadeiramente a instância pessoal e os interesses de uma comunidade; quando deixasse de haver contradição entre a razão particular e a coletiva. Pergunta-se o poeta se não seria arte esse tipo de integração. Realmente, com muita frequência a arte se mostra capaz de expressar tanto nossa subjetividade como nossa identidade social. Nesse sentido, traduzir uma parte na outra parte significaria vencer a parcialidade e chegar a uma autêntica participação, de sentido altamente político. O poema de Gullar deixa-nos essa hipótese provocadora, formulada com um ar de convicção.

(Belamino Tavares, inédito)

1. O tema central do texto está adequadamente identificado na seguinte formulação: cada um de nós costuma enfrentar, com frequência,
- (A) a tensão permanente entre os nossos desejos e os dos nossos desafetos.
 - (B) a contradição insolúvel entre o que queremos e o que podemos.
 - (C) o desafio de compatibilizarmos nossa subjetividade e nossa atuação social.
 - (D) a dúvida de que a arte possa proporcionar a paz que a política abomina.
 - (E) o contraste entre os valores que desprezamos e aqueles que idealizamos.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, a expressão *divisão muito presente* refere-se, pontualmente, ao embate que a poesia e a política costumam travar entre si.
- II. Na estrofe citada de Ferreira Gullar, a ideia de *traduzir uma parte / na outra parte* é levantada para exprimir a impossibilidade de superação do impasse de que está tratando.
- III. No terceiro parágrafo, considera-se que a *hipótese provocadora* é levantada de modo a sugerir uma pergunta retórica, ou seja, uma questão cuja resposta já está implícita.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

3. Estas duas expressões traduzem, no contexto, um mesmo fenômeno, equivalendo-se quanto ao sentido:

- (A) *uma divisão muito presente e atuação de um convicto socialista* (1º parágrafo)
- (B) *nas quais nos dividimos e paixões mais íntimas* (1º parágrafo)
- (C) *uma questão de vida ou morte e traduzir uma parte* (estrofe de Gullar)
- (D) *interação de ambas e esse tipo de integração* (3º parágrafo)
- (E) *nossa subjetividade e vencer a parcialidade* (3º parágrafo)

4. Os seguintes fatos, referidos no texto, travam entre si uma relação de causa e efeito:

- (A) ser poeta e militante político / confronto entre subjetividade e atuação social
- (B) ser poeta e militante político / divisão permanente em cada um de nós
- (C) ser movido pelas paixões / esposar teses socialistas
- (D) fazer arte / obliterar uma questão de vida ou morte
- (E) participar ativamente da política / formular hipóteses com ar de convicção

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *aborda o tema de uma divisão* (1º parágrafo) = confina o assunto dividido
- (B) *costuma-se ver como antagônicas* (1º parágrafo) = é comum dar como incompatíveis
- (C) *atendimento de um interesse pessoal* (1º parágrafo) = prontidão para o desejo íntimo
- (D) *levanta a possibilidade* (3º parágrafo) = alça-se à probabilidade
- (E) *vencer a parcialidade* (3º parágrafo) = superar a traduzibilidade



6. Está inteiramente clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) O poeta Ferreira Gullar, sendo inclusive um militante político, deixou em seu poema a convicção de que a hipótese da arte vencer tais divisões é verdadeira.
 - (B) O poeta Ferreira Gullar, também um militante político, considerou a hipótese de que a arte concilie os antagonismos que frequentemente vivenciamos.
 - (C) As contradições pessoais e sociais, que o poeta e militante Ferreira Gullar instaura, são comuns também em nós que as abrigamos via de regra.
 - (D) Por sermos intimamente antagônicos, prova-nos o poeta e militante político Ferreira Gullar que se traduz o que há de inconciliável na arte de sermos nós mesmos.
 - (E) Militante político e poeta, Ferreira Gullar expõe que a tradução de uma parte é possível na outra, desde que se espelhem conforme o critério de serem traduzidas.

7. A concordância verbal NÃO se estabeleceu corretamente na frase:
- (A) Em vários outros poemas de Gullar ocorrem, a exemplo desses versos, a expressão das partes em que o poeta se vê sofridamente dividido.
 - (B) Imputam-se a um poeta os limites da pura subjetividade, desconsiderando-se seu esforço em objetivá-los nas palavras que busca para compor o poema.
 - (C) Nem sempre é fácil conciliar uma parte com a outra, harmonizá-las, fazê-las convergir e superar o antagonismo que parecia marcá-las em definitivo.
 - (D) A força das paixões mais íntimas e o dever da atuação social podem surgir como partes contraditórias, que nos dividem dramaticamente.
 - (E) A ideia de tradução a que aludem os versos de Gullar corresponde ao legítimo sentido de participação, em que as partes se refletem positivamente uma na outra.

8. Transpondo-se para a voz **passiva** a frase *O poeta teria aberto um diálogo entre as duas partes*, a forma verbal resultante será:
- (A) fora aberto.
 - (B) abriria.
 - (C) teria sido aberto.
 - (D) teriam sido abertas.
 - (E) foi aberto.

Atenção: As questões de números 9 a 14 referem-se ao texto seguinte.

Dos diversos sistemas de legislação

Se se procura saber em que consiste, precisamente, o maior dos bens, que deve ser o objetivo de todo sistema de legislação, ver-se-á que se reduz a estas duas metas principais: a liberdade e a igualdade.

Já tive ocasião de dizer em que consiste a liberdade civil: exercício pleno dos direitos regulamentados pela legislação. A respeito da igualdade (que é condição para a liberdade), não se deve entender por essa palavra que os graus de poder e riqueza sejam absolutamente os mesmos: quanto ao poder, que esteja acima de toda violência e não se exerça jamais senão em virtude das leis. Quanto à riqueza, que nenhum cidadão seja assaz opulento para poder comprar um outro, e nem tão pobre para ser constrangido a vender-se.

Essa igualdade, dizem, é uma quimera especulativa, que não pode existir na prática; contudo, se o abuso é inevitável, segue-se que não se deve ao menos regulamentá-lo? É precisamente porque a força das coisas tende sempre a destruir a igualdade que a força da legislação deve sempre tender a conservá-la.

(Adaptado de: Jean-Jacques Rousseau. **O contrato social**. São Paulo: Cultrix, 1975, p. 60)

9. Ao tratar da **igualdade** entre os homens, Rousseau julga que ela
- (A) não pode e não deve ser tomada como um valor absoluto, pois mais importante que ela é a liberdade pessoal.
 - (B) deixará de ser um valor absoluto somente quando os homens a considerarem uma quimera especulativa.
 - (C) deve ser regulamentada no âmbito das leis, para impor limites aos abusos do poder e da opulência.
 - (D) não é alcançável senão quando os homens se mostram desejosos de refrear seus impulsos naturais.
 - (E) será alcançada em plenitude somente quando a liberdade individual for restringida e controlada.

10. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *que se reduz a estas duas metas* (1º parágrafo) = que se deprecia em tais objetivos
 - (B) *sejam absolutamente os mesmos* (2º parágrafo) = alcancem o mesmo valor absoluto
 - (C) *nenhum cidadão seja assaz opulento* (2º parágrafo) = nenhum homem creia na riqueza
 - (D) *constrangido a vender-se* (2º parágrafo) = obrigado a ser venal
 - (E) *uma quimera especulativa* (3º parágrafo) = uma análise desesperançada

11. Atente para as seguintes afirmações:
- I. No primeiro parágrafo, Rousseau identifica a liberdade e a igualdade não apenas como os maiores entre os bens humanos, mas como os alvos incontornáveis de todo sistema de legislação.
 - II. No segundo parágrafo, Rousseau admite que o poder e a riqueza dos cidadãos sejam desiguais, mas considera que tal desigualdade não deva implicar indesejáveis extremos.
 - III. No terceiro parágrafo, ao opor a força da legislação à força das coisas, Rousseau não pretende eliminar a segunda, mas propõe que ela seja regulamentada pela primeira.

Em relação ao texto está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

12. (...) se o abuso é inevitável, segue-se que não se deve ao menos regulamentá-lo?
- A frase acima ganha redação nova, correta e de sentido equivalente em:
- (A) fosse inevitável, o abuso nem por isso deveria ser regulamentado?
 - (B) quando for inevitável, o que ocorre é que lhe faltará menos regulamentação?
 - (C) sendo inevitável o abuso, decorre daí que deva ficar isento de regulamentação?
 - (D) uma vez inevitável, será que o abuso se coloque acima de quem o regulamente?
 - (E) só por ser inevitável, dispõe o abuso do dever que o faça regulamentar-se?



<p>13. Os tempos e os modos verbais estão adequadamente articulados na frase:</p> <p>(A) Se se procurasse saber em que consistisse o maior dos bens, ver-se-á que se reduza a apenas duas metas.</p> <p>(B) Em outra ocasião, como sabem, já busquei definir essa liberdade sobre a qual desejo agora me estender.</p> <p>(C) Não fosse ela uma condição para que viéssemos a exercitar a liberdade, terá sentido ignorar a igualdade?</p> <p>(D) Se os cidadãos forem excessivamente opulentos ou poderosos, decorreriam daí graves distorções e desigualdades.</p> <p>(E) Uma vez que venha a ser destrutiva, a força das coisas terá merecido sofrer algum processo de regulamentação.</p>	<p>15. O seguinte segmento faz compreender o que se define concisamente, no contexto, como <i>relativismo cultural</i>:</p> <p>(A) <i>uma dada cultura nos parece “rudimentar” ou “primitiva”</i></p> <p>(B) <i>demonstração de que nenhuma cultura é superior a outra</i></p> <p>(C) <i>recusar a revolução neolítica que deu origem ao impulso tecnológico</i></p> <p>(D) <i>nos arrasta de modo desenfreado até hoje</i></p> <p>(E) <i>teriam impedido a história de irromper em seu seio</i></p>
<p>14. A pontuação encontra-se inteiramente adequada na frase:</p> <p>(A) Moralista que era, Rousseau considerava entre outras coisas, que a principal condição, para a existência de um Estado legítimo, não era de ordem econômica ou política e sim: psicológica e moral; com isso retornava à tese do cidadão virtuoso, defendida em obras anteriores.</p> <p>(B) Moralista que era Rousseau, considerava entre outras coisas, que, a principal condição para a existência de um Estado legítimo, não era de ordem econômica, ou política, e sim psicológica e moral, com isso retornava à tese do cidadão virtuoso defendida em obras anteriores.</p> <p>(C) Moralista que era, Rousseau considerava, entre outras coisas: que a principal condição, para a existência de um Estado legítimo, não era de ordem econômica ou política e sim, psicológica e moral; com isso retornava à tese do cidadão virtuoso, defendida em obras anteriores.</p> <p>(D) Moralista que era Rousseau, considerava entre outras coisas: que a principal condição para a existência de um Estado legítimo não era de ordem econômica ou política, e sim psicológica e moral; com isso, retornava à tese do cidadão virtuoso defendida, em obras anteriores.</p> <p>(E) Moralista que era, Rousseau considerava, entre outras coisas, que a principal condição para a existência de um Estado legítimo não era de ordem econômica ou política, e sim psicológica e moral; com isso, retornava à tese do cidadão virtuoso, defendida em obras anteriores.</p>	<p>16. <i>Essas sociedades simplesmente escolheram (...) recusar a revolução neolítica que deu origem ao impulso tecnológico que nos arrasta de modo desenfreado até hoje.</i></p> <p>Do trecho acima deve-se deduzir que, para Lévi-Strauss,</p> <p>(A) os impasses a que se renderam os homens do período neolítico permanecem até hoje.</p> <p>(B) nossa única vantagem sobre as culturas primitivas está no desenvolvimento tecnológico.</p> <p>(C) as culturas ditas primitivas decidiram escolher a manutenção de seus valores próprios.</p> <p>(D) a revolução neolítica incorporou os valores até então considerados como primitivos.</p> <p>(E) o desenvolvimento e o atual estágio da tecnologia foram planejados no seio das culturas primitivas.</p>
<p>Atenção: As questões de números 15 a 20 referem-se ao texto seguinte.</p> <p style="text-align: center;">Entre culturas</p> <p><i>Na ocasião de sua morte, alguns anos atrás, o antropólogo Claude Lévi-Strauss foi exaltado como um campeão do relativismo cultural. Ele decerto dedicou a vida à demonstração de que nenhuma cultura é superior a outra, já que nenhuma pode ser considerada sob critérios que não os seus próprios. Se uma dada cultura nos parece “rudimentar” ou “primitiva”, é porque somos ignorantes para atinar com sua complexidade, discernir o que é valioso para os que estão imersos nela e perceber que o “pensamento selvagem” não apenas funciona de maneira análoga ao pensamento científico como chega, por vezes, às mesmas conclusões.</i></p> <p><i>Lévi-Strauss expandiu como ninguém a simpatia compreensiva para com as sociedades “primitivas”, que desde então incorporaram as aspás para sempre. Essas sociedades simplesmente escolheram, na concepção do antropólogo, recusar a revolução neolítica que deu origem ao impulso tecnológico que nos arrasta de modo desenfreado até hoje. Devido a uma sabedoria particular, elas teriam impedido a história de irromper em seu seio e decidido, há muito tempo, perseverar em seu ser, afirmar-se nos valores que lhes eram próprios.</i></p> <p>(Adaptado de: Otavio Frias Filho. “Crepúsculo estruturalista”. Revista Piauí, n. 50, nov. 2010, p. 58)</p>	<p>17. Por apresentar falha estrutural de construção, a seguinte frase deve ser reelaborada:</p> <p>(A) Ao afirmar que “primitivas” <i>incorporaram as aspás para sempre</i>, o autor do texto lembra que, a partir de Lévi-Strauss, tornou-se impróprio classificar qualquer cultura como primitiva.</p> <p>(B) Lévi-Strauss considerou imprópria a atribuição da qualidade de “primitivas” àquelas culturas, razão pela qual até hoje recorremos às aspás.</p> <p>(C) Poucos antropólogos empregarão a expressão sociedades primitivas sem recorrerem às aspás, que chamam a atenção para o que há de impróprio nessa qualificação.</p> <p>(D) Apesar do que sempre se considerou como sociedades primitivas, o emprego das aspás indica tal relativização de valores culturais a partir de Lévi-Strauss.</p> <p>(E) Além de outras funções, as aspás podem assumir, como no caso do presente texto, a de indicar que se está utilizando de modo impróprio o termo demarcado.</p> <p>18. Está adequadamente empregado o elemento grifado na seguinte frase:</p> <p>(A) O respeito <u>de que</u> se cercou a posição do antropólogo Lévi-Strauss permanece vivo até hoje.</p> <p>(B) Não se deve julgar primitivos aqueles <u>a quem</u> não concordamos por defenderem diferentes pontos de vista.</p> <p>(C) O pensamento de Lévi-Strauss, <u>de cujo</u> é tributária a antropologia moderna, segue desafiando muitos paradigmas.</p> <p>(D) Impressiona a perseverança <u>à qual</u> antigas culturas se agarraram aos valores que lhes eram próprios.</p> <p>(E) Hoje é notória a impropriedade de certos conceitos, <u>em cuja</u> denúncia Lévi-Strauss foi o responsável.</p>



19. Diante de antigas culturas, Lévi-Strauss defendeu o relativismo cultural, definindo o relativismo cultural como uma atitude de respeito para com as sociedades ditas primitivas, considerando essas sociedades resistentes às mudanças que desfigurariam essas sociedades.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) definindo-as - considerando-as - desfigurariam-nas
- (B) definindo-lhe - as considerando - lhes desfigurariam
- (C) definindo-o - considerando-lhes - as desfigurariam
- (D) o definindo - as considerando - desfigurariam-lhes
- (E) definindo-o - considerando-as - as desfigurariam

20. Todas as formas verbais encontram-se corretamente flexionadas e atendem às normas de concordância verbal em:

- (A) Se alguém ainda se dispuser a considerar como primitivas algumas culturas, atentar-se-á contra princípios da antropologia moderna, cujos ganhos fundamentais devem-se a Lévi-Strauss.
- (B) Aqueles que não se deterem, em nenhum momento, nos ensinamentos do grande antropólogo acabarão por cometer injustiças irreparáveis na apreciação de culturas do passado.
- (C) A nenhum dos chamados povos primitivos ocorreriam julgar com tamanha injustiça os valores de outras culturas que a eles se propusessem examinar.
- (D) É preciso que discernemos os valores próprios de cada cultura, sem o que cometer-se-ia injustiças, sobretudo contra uma opção histórica de povos do passado.
- (E) A princípio alguns estudiosos da antropologia não conviram em aceitar as teses de Lévi-Strauss, mas com o passar do tempo estas se impuseram a praticamente todos os pesquisadores.

Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

21. Considere como verdadeiras as seguintes afirmações:

“Algum pândego é trôpego.”

“Todo pândego é nefelibata.”

Deste modo, a assertiva necessariamente verdadeira é:

- (A) Todo pândego trôpego não é nefelibata.
- (B) Algum pândego trôpego não é nefelibata.
- (C) Algum pândego é nefelibata.
- (D) Todo pândego nefelibata é trôpego.
- (E) Algum pândego que não é trôpego não é nefelibata.

22. Há uma forma de raciocínio dedutivo chamado silogismo. Nesta espécie de raciocínio, será formalmente válido o argumento cuja conclusão é consequência que necessariamente deriva das premissas. Neste sentido, corresponde a um silogismo válido:

- (A) Premissa 1: Todo maceronte gosta de comer fubá.
Premissa 2: As selenitas gostam de fubá.
Conclusão: As selenitas são macerontes.
- (B) Premissa 1: Todo maceronte gosta de comer fubá.
Premissa 2: Todo maceronte tem asas.
Conclusão: Todos que têm asas gostam de comer fubá.
- (C) Premissa 1: Nenhum X é Y.
Premissa 2: Algum X é Z
Conclusão: Algum Z não é Y.
- (D) Premissa 1: Todo X é Y.
Premissa 2: Algum Z é Y.
Conclusão: Algum Z é X.
- (E) Premissa 1: Capitu é mortal.
Premissa 2: Nenhuma mulher é imortal.
Conclusão: Capitu é mulher.

23. A oposição é a espécie de inferência imediata pela qual é possível concluir uma proposição por meio de outra proposição dada, com a observância do princípio de não contradição. Neste sentido, que poderá inferir-se da verdade, falsidade ou indeterminação das proposições referidas na sequência abaixo se supusermos que a primeira é verdadeira? E se supusermos que a primeira é falsa?

- 1ª – Todos os comediantes que fazem sucesso são engraçados.
- 2ª – Nenhum comediante que faz sucesso é engraçado.
- 3ª – Alguns comediantes que fazem sucesso são engraçados.
- 4ª – Alguns comediantes que fazem sucesso não são engraçados.
- (A) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é falsa, a 3ª é falsa e a 4ª é verdadeira. Se a 1ª é falsa, a 2ª é verdadeira, a 3ª e a 4ª são indeterminadas (tanto podem ser verdadeiras quanto falsas).
- (B) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é falsa, a 3ª é falsa e a 4ª é verdadeira. Se a 1ª é falsa, a 2ª é verdadeira, a 3ª e a 4ª são verdadeiras.
- (C) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é verdadeira, a 3ª é verdadeira e a 4ª é falsa. Se a 1ª é falsa, a 2ª é falsa, a 3ª e a 4ª são falsas.
- (D) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é falsa, a 3ª é verdadeira e a 4ª é falsa. Se a 1ª é falsa, a 2ª é falsa, a 3ª e a 4ª são indeterminadas (tanto podem ser verdadeiras quanto falsas).
- (E) Se a 1ª é verdadeira, a 2ª é falsa, a 3ª é verdadeira e a 4ª é falsa. Se a 1ª é falsa, a 2ª e a 3ª são indeterminadas (tanto podem ser verdadeiras quanto falsas) e a 4ª é verdadeira.



24. Em uma feira, todas as barracas que vendem batata vendem tomate, mas nenhuma barraca que vende tomate vende espinafre. Todas as barracas que vendem cenoura vendem quiabo, e algumas que vendem quiabo, vendem espinafre. Como nenhuma barraca que vende quiabo vende tomate, e como nenhuma barraca que vende cenoura vende espinafre, então,
- (A) todas as barracas que vendem quiabo vendem cenoura.
 - (B) pelo menos uma barraca que vende batata vende espinafre.
 - (C) todas as barracas que vendem quiabo vendem batata.
 - (D) pelo menos uma barraca que vende cenoura vende tomate.
 - (E) nenhuma barraca que vende cenoura vende batata.
-
25. Ao se admitir por verdadeira a declaração "Se Paulo é alto, então Gabriela não é alta", conclui-se, de maneira correta e necessária, que se
- (A) Gabriela é alta, então Paulo não é alto.
 - (B) Gabriela é alta, então Paulo é alto.
 - (C) Gabriela não é alta, então Paulo não é alto.
 - (D) Gabriela não é alta, então Paulo é Gabriela.
 - (E) Paulo não é alto, então Gabriela é maior que Paulo.
-

Matemática Financeira

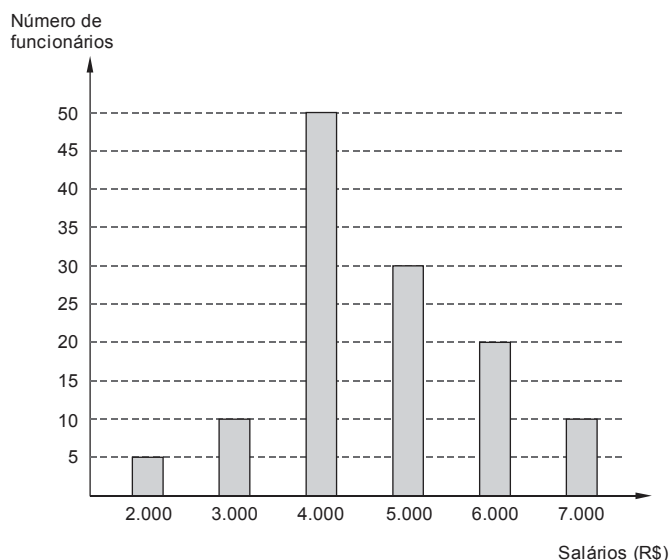
26. Maria obtém de uma instituição financeira a informação de que se ela aplicar todo seu capital, durante 8 meses, poderá resgatar o correspondente montante no valor de R\$ 19.610,00 no final do período. Caso ela opte por aplicar durante 12 meses, o correspondente montante, no final do período, poderá resgatar R\$ 20.165,00. Se todas as aplicações são realizadas sob o regime de capitalização simples e com a mesma taxa de juros, então o número de meses em que Maria deve aplicar todo seu capital de tal maneira que o correspondente valor dos juros seja igual a R\$ 2.497,50 é de
- (A) 20.
 - (B) 18.
 - (C) 16.
 - (D) 15.
 - (E) 14.
-
27. Uma pessoa deverá quitar uma dívida no valor atual de R\$ 55.000,00 por meio de duas prestações anuais, iguais e consecutivas, no valor de R\$ 36.000,00 cada uma, vencendo a primeira daqui a 1 ano. Esta pessoa se propõe a quitar esta dívida de uma só vez daqui a 3 anos, concordando com a utilização da mesma taxa de juros compostos positiva considerada para obtenção dos valores das duas prestações acima, segundo o critério do desconto racional composto. O valor desta parcela única terá de ser
- (A) R\$ 95.040,00.
 - (B) R\$ 90.720,00.
 - (C) R\$ 88.560,00.
 - (D) R\$ 86.400,00.
 - (E) R\$ 79.200,00.
-
28. Uma duplicata foi descontada 3 meses antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto comercial simples, a uma taxa de desconto de 24% ao ano, e o valor atual do título foi igual a R\$ 22.419,00. Caso fosse utilizada a operação de desconto racional simples, também a uma taxa de desconto de 24% ao ano, a soma dos valores dos descontos encontrados pelas duas operações seria igual a
- (A) R\$ 3.144,00.
 - (B) R\$ 3.079,00.
 - (C) R\$ 2.862,00.
 - (D) R\$ 2.781,00.
 - (E) R\$ 2.401,00.
-



29. Uma dívida foi contratada para ser paga por meio de 100 prestações mensais, iguais e consecutivas, com a primeira prestação vencendo um mês após a data da contratação da dívida. Utilizou-se o sistema francês de amortização, a uma taxa de juros compostos de 2% ao mês, com o valor de cada prestação igual a R\$ 2.900,00. Se o valor da amortização incluído no valor da primeira prestação é igual a R\$ 400,00, então, o saldo devedor da dívida, imediatamente após o pagamento da segunda prestação, é igual a
- (A) R\$ 124.400,00.
(B) R\$ 124.306,00.
(C) R\$ 124.232,00.
(D) R\$ 124.200,00.
(E) R\$ 124.192,00.
30. Um empréstimo no valor de R\$ 150.000,00 foi concedido a uma pessoa para adquirir um imóvel. Ela deverá quitar a correspondente dívida por meio de 60 prestações mensais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que deverá ser utilizado o sistema de amortização constante (SAC) e o valor da última prestação será igual a R\$ 2.560,00. O valor da 10ª prestação apresentará um valor igual a
- (A) R\$ 5.440,00.
(B) R\$ 5.500,00.
(C) R\$ 5.560,00.
(D) R\$ 5.620,00.
(E) R\$ 5.680,00.

Estadística

31. O gráfico abaixo corresponde à distribuição dos salários dos funcionários administrativos lotados em uma repartição pública. As colunas representam o número de funcionários e o eixo horizontal os respectivos salários.



Com relação a este gráfico e às medidas de posição e de variabilidade desta distribuição, é correto afirmar:

- (A) Os valores da média aritmética, da mediana e da moda dos salários dos funcionários são iguais.
(B) 60% dos funcionários ganham acima do valor da moda.
(C) 15% dos funcionários ganham menos que o valor da mediana.
(D) Concedendo um abono fixo no valor de R\$ 500,00 para todos os empregados, a correspondente nova média aritmética fica aumentada de R\$ 500,00 e a nova variância permanece inalterada.
(E) Concedendo um reajuste de 10% a todos os funcionários, a correspondente nova média aritmética fica multiplicada por 1,10 e o novo desvio padrão fica multiplicado por 1,21.



32. O número de processos com uma determinada característica autuados por dia em um órgão público é considerado como uma variável aleatória X com distribuição de Poisson com média λ . Considere que $P(X = 2) = 3 \cdot P(X = 4)$, $e^{-1} = 0,37$, $e^{-2} = 0,14$, $e^{-3} = 0,05$ e $e^{-4} = 0,02$, em que $P(X = k)$ é a probabilidade de X ser igual a k e e a base dos logaritmos neperianos. A probabilidade de que pelo menos 2 processos sejam autuados em um determinado dia é igual a
- (A) 95%.
(B) 90%.
(C) 80%.
(D) 63%.
(E) 58%.

33. Considere na distribuição normal padrão (Z) as seguintes probabilidades $P(Z \geq z)$ abaixo:

z	0,84	0,67	0,52	0,39	0,25	0,13
P(Z ≥ z)	20%	25%	30%	35%	40%	45%

Em um determinado ramo de atividade, os salários dos empregados são normalmente distribuídos com média igual a R\$ 3.600,00. Se 60% dos empregados ganham um salário inferior a R\$ 3.700,00, então, 35% dos empregados ganham um salário de no máximo

- (A) R\$ 3.592,20.
(B) R\$ 3.444,00.
(C) R\$ 3.342,00.
(D) R\$ 3.332,00.
(E) R\$ 3.264,00.
34. Uma população, considerada de tamanho infinito, formada pelas alturas dos habitantes de uma cidade é normalmente distribuída com média μ e variância populacional igual a 225 cm^2 . Deseja-se saber, a um determinado nível de significância, se a altura média dos habitantes da cidade é superior a 170 cm com a formulação das hipóteses $H_0: \mu = 170 \text{ cm}$ (hipótese nula) e $H_1: \mu > 170 \text{ cm}$ (hipótese alternativa). Uma amostra aleatória de tamanho 400 é extraída desta população, obtendo-se uma média amostral igual a 171,5 cm. Considere que na distribuição normal padrão (Z) as probabilidades $P(Z > 1,64) = 0,05$ e $P(Z > 2,33) = 0,01$. Com base nesta amostra, tem-se que a hipótese H_0
- (A) não é rejeitada ao nível de significância de 1% e é rejeitada ao nível de 5%.
(B) é rejeitada ao nível de significância de 1%, mas não ao nível de 5%.
(C) é rejeitada tanto ao nível de significância de 1% como ao nível de 5%.
(D) é rejeitada para qualquer nível de significância inferior a 1%.
(E) não é rejeitada para qualquer nível de significância superior a 5%.
35. Em um estudo envolvendo 20 pares de observações (X_i, Y_i) , $i = 1, 2, 3, \dots, 20$, foi observada a existência de uma correlação entre as variáveis X e Y . Desejando-se obter uma relação entre X e Y optou-se pelo modelo linear $Y_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon_i$, em que i é a i -ésima observação, α e β são parâmetros desconhecidos e ε_i o erro aleatório, com as respectivas hipóteses consideradas para a regressão linear simples. Utilizou-se o método dos mínimos quadrados para obter as estimativas de α e β e as médias encontradas para as observações X_i e Y_i foram 20 e 50, respectivamente. Se a reta, cuja equação foi encontrada pelo método dos mínimos quadrados, passa pelo ponto (35, 80), então, considerando esta equação, tem-se que
- (A) o menor valor inteiro encontrado para X , tal que $Y > 100$, é igual a 46.
(B) a previsão de Y para $X = 25$ é igual a 65.
(C) o valor da estimativa encontrado para α é igual a 20.
(D) o valor de X , tal que a previsão para Y é igual a 40, é igual a 20.
(E) o acréscimo verificado para Y , quando X aumenta de uma unidade, é igual a 10.

**Noções Gerais da Igualdade Racial e de Gênero**

36. Em relação à República Federativa do Brasil, considere:
- I. É formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
 - II. Constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, dentre outros, a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
 - III. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.
 - IV. É um Estado soberano, democrático e organizado em Estados e Municípios que devem respeitar a dignidade da pessoa humana e a cidadania.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) II, III e IV.

37. Dentre os direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º, da Constituição Federal, inclui-se:

- (A) Ser julgado pelo Tribunal do Júri nos casos de crimes de exceção.
- (B) Ser preso somente por ordem da autoridade judiciária competente.
- (C) O livre exercício, nos termos da lei, de qualquer trabalho, ofício ou profissão.
- (D) A propriedade da herança aos herdeiros do falecido.
- (E) Receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular.

38. Nos termos da Constituição do Estado da Bahia, é correto afirmar:

- (A) É responsabilidade do Estado estabelecer política de combate e prevenção à violência contra a mulher negra, crianças, idosos e outros grupos socialmente vulneráveis.
- (B) A sociedade baiana é cultural e historicamente marcada pela presença da comunidade afro-brasileira vítima do racismo como forma de exclusão social.
- (C) O Estado da Bahia não pode manter relações internacionais com países que mantenham política oficial de discriminação racial.
- (D) A rede estadual de ensino e os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público incluirão em seus programas disciplina que valorize a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira.
- (E) É dever da sociedade baiana integrar os povos indígenas à sua cultura, não prejudicar o ecossistema das terras indígenas originárias e reconhecer as lideranças indicadas pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI.

39. Para fins do Estatuto da Igualdade Racial – Lei Federal nº 12.288/2010, desigualdade racial

- (A) é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- (B) é a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre negros e os demais segmentos sociais.
- (C) consiste em praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
- (D) consiste na propaganda de ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas, de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendam justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais.
- (E) é toda distinção, exclusão ou restrição baseada na raça e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício da cidadania.

40. Nas contravenções penais resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil, previstas na Lei Federal nº 7.437/1985, são penas prevalentes:

- (A) Multa e prestação de serviços comunitários.
- (B) Prisão especial e simples.
- (C) Prisão simples e multa.
- (D) Cesta básica e indenização à vítima.
- (E) Fiança e prisão domiciliar.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Informática

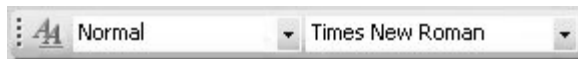
41. Um Analista da Procuradoria utiliza o *Microsoft Word 2003* para editar os seus documentos. Como a formatação dos documentos é sempre igual, ele deseja salvar um documento exemplo como modelo. Por padrão, a extensão dos arquivos de modelo de documento do *Word 2003* é

- (A) doc
- (B) tmp
- (C) txt
- (D) dot
- (E) rtf

42. Durante a edição de um texto no *Microsoft Word 2003*, as ações e o uso dos recursos do aplicativo podem ser realizados por meio das opções de menu ou por meio da Barra de Ferramentas. Outra forma, mais rápida, é por meio das teclas de atalho que, a partir do pressionar da combinação de teclas, permitem efetivar as mesmas funções. Por exemplo, para selecionar todo o conteúdo de um documento em edição no *Word 2003*, utiliza-se a combinação das teclas

- (A) Alt+Z
- (B) Ctrl+A
- (C) Shift+Z
- (D) Alt+N
- (E) Ctrl+T

43. A figura abaixo apresenta um trecho da Barra de Ferramentas do *Microsoft Word 2003*.



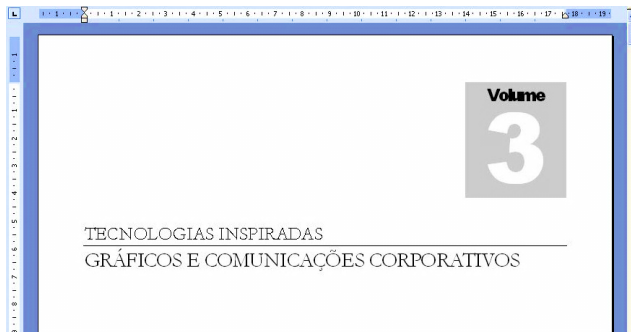
A ação de um pressionar simples do ícone representado pelo duplo A na Barra tem como efeito

- (A) formatar o texto selecionado com o efeito de sombreado.
- (B) formatar o texto selecionado com o efeito de sublinhado.
- (C) acessar os recursos de Estilos e Formatação.
- (D) aplicar a Formatação do texto selecionado para outro.
- (E) copiar o texto selecionado para a área de transferência.

44. O *Microsoft Word 2003* possui o recurso denominado Controlar alterações que facilita a atividade de revisar documentos preservando ou destacando as alterações realizadas. Considerando as opções do Menu do *Word 2003*, o recurso Controlar alterações pode ser acessado pela opção

- (A) Arquivo.
- (B) Ferramentas.
- (C) Editar.
- (D) Janela.
- (E) Formatar.

45. A exibição de documentos em edição no *Microsoft Word 2003* pode ser feita de diferentes formas, como a apresentada na figura a seguir, que contém um trecho da janela extraído do aplicativo.



O tipo de exibição utilizado na janela apresentada é denominado

- (A) *Layout* de impressão.
- (B) Normal.
- (C) *Layout* da Web.
- (D) Estrutura de tópicos.
- (E) Completo.

46. Seja o seguinte trecho de uma planilha elaborada com o *Microsoft Excel 2003*. Considere que na célula A3 seja inserida a expressão: =TIRAR(A2).

	A	B	C
1			
2	teste \$123		
3			
4			
5			
6			

O resultado obtido na célula A3 será

- (A) teste \$123.
- (B) teste\$123.
- (C) teste 123.
- (D) teste.
- (E) teste123.

47. Em uma planilha elaborada no *Microsoft Excel 2003*, um usuário inseriu em duas células as expressões: =PAR(-1) e =PAR(10,5). Os resultados obtidos nessas duas células serão, respectivamente,

- (A) -1 e 10.
- (B) -1 e 11.
- (C) -1 e 12.
- (D) -2 e 10.
- (E) -2 e 12.

48. Dentre as opções de formatação de uma célula em uma planilha do *Microsoft Excel 2003*, a seleção do Alinhamento Vertical inclui, dentre outras opções,

- (A) Transparente.
- (B) Mesclado.
- (C) Superior.
- (D) Automático.
- (E) Contorno.



49. Considere os 2 trechos seguintes de uma planilha montada no *Microsoft Excel 2003*.

	A	B
1		
2	Tipo de Produto Ind	Valor
3		
4		

	A	B
1		
2	Tipo de Produto Industrial	Valor
3		
4		

A alteração ocorrida na célula A2 da planilha superior para a planilha inferior é resultado da seleção da opção

- (A) Reduzir para caber.
- (B) Quebrar texto automaticamente.
- (C) Mesclar células.
- (D) Preencher automaticamente.
- (E) Eliminar espaços em branco.

50. O *Microsoft Excel 2003* possui diversas teclas de atalho que facilitam o trabalho de edição e formatação. Por padrão, a sequência de teclas de atalho que provoca a exibição da caixa de diálogo Formatar Células é

- (A) Ctrl + X
- (B) Ctrl + D
- (C) Ctrl + G
- (D) Ctrl + 1
- (E) Ctrl + 2

Processo Civil/Trabalhista

Atenção: As questões de números 51 a 55 referem-se a Processo Civil.

51. No tocante aos atos processuais, considere:
- I. Os atos e termos processuais são formais, como regra geral, reputando-se sempre nulos se realizados de modo diverso ao prescrito em lei.
 - II. Os atos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias e despachos.
 - III. Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) II e III.

52. Em relação à contagem dos prazos processuais, é correto afirmar:

- (A) Se não houver prazo previsto em lei, ou fixado pelo juiz, será de dez dias o prazo para a prática do ato processual determinado.
- (B) Como regra geral, computar-se-ão os prazos incluindo tanto o dia do começo como o do vencimento.
- (C) O início de fluência dos prazos dar-se-á no dia mesmo da intimação.
- (D) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que for determinado o fechamento do fórum ou se o expediente forense for encerrado antes da hora normal.
- (E) Nenhum prazo processual pode ser reduzido por meio de acordo entre as partes, embora possam eventualmente ser prorrogados.

53. No sexto dia após o falecimento de seu cônjuge, Cícero Silva é citado para responder a uma ação de cobrança de aluguéis inadimplidos. Esse ato

- (A) é válido e o processo terá seguimento regular, pois só não se pode citar o réu no dia do falecimento de seu cônjuge.
- (B) não é válido e terá que ser repetido, pois não se fará a citação ao réu, salvo para evitar o perecimento do direito, no dia do falecimento de seu cônjuge e nos sete dias seguintes.
- (C) é válido e o processo terá seguimento regular porque só não se fará a citação ao réu no dia do falecimento de seu cônjuge e nos cinco dias seguintes.
- (D) é válido porque não existe qualquer impedimento, em relação à citação, no tocante ao falecimento do cônjuge, salvo se este era corréu no processo, quando então deverão seus herdeiros habilitar-se no feito.
- (E) não é válido exclusivamente porque, falecido o cônjuge, será sempre preciso que o processo seja suspenso e regularizado com a habilitação de seus herdeiros.

54. Os títulos executivos extrajudiciais, de acordo com o Código de Processo Civil,

- (A) são aqueles formados a partir de uma sentença transitada em julgado.
- (B) serão executados quando de obrigação certa e exigível, ainda que ilíquidos, desde que apurável o valor por meio de perícia.
- (C) têm execução definitiva, sendo provisória, porém, enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
- (D) são, entre outros, a letra de câmbio, a nota promissória, o cheque e o contrato de qualquer seguro, independentemente de ter sido firmado por duas testemunhas.
- (E) não poderão ser executados, se proposta qualquer ação para discutir-lhe o débito, até que se julgue a demanda respectiva.

55. No que tange à sentença, é correto afirmar que

- (A) é defeso ao juiz, em regra, proferir sentença ilíquida, se o autor houver formulado pedido certo.
- (B) é possível ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, desde que perceba ser a mais adequada aos fatos narrados na inicial.
- (C) a sentença deve ser certa, a não ser que decida relação jurídica condicional.
- (D) a sentença deve sempre acolher ou rejeitar totalmente o pedido formulado pelo autor, vedado o acolhimento ou rejeição parciais.
- (E) o relatório é requisito sempre facultativo da sentença nos julgamentos do processo com resolução do mérito, sendo indispensáveis os fundamentos e o dispositivo.



<p>Atenção: As questões de números 56 a 60 referem-se a Processo do Trabalho.</p> <p>56. No termos da lei, os atos processuais no Processo do Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none">(A) não serão públicos, em razão dos interesses sociais envolvidos nas lides trabalhistas.(B) realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 18 horas.(C) poderão ser escritos a tinta, datilografados ou a carimbo.(D) não poderão ser realizados aos domingos ou em feriados, nem mesmo a penhora.(E) realizar-se-ão de segunda-feira a sábado, das 8 às 20 horas.	<p>60. Em relação às citações, notificações e intimações no Processo do Trabalho, nos termos da lei,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) o reclamante será notificado da data de audiência 48 horas após a apresentação da reclamação.(B) se o reclamado criar embaraços ao recebimento da notificação, será citado por hora certa.(C) tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário, ou no caso de recusado o recebimento, o correio deverá renovar a tentativa por 5 vezes, antes de devolvê-la ao Tribunal.(D) a audiência será designada no prazo de 15 dias após a notificação do reclamado.(E) recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 horas, remeterá a segunda via da petição ao reclamado, notificando-se para comparecer à audiência.
<p>57. Em relação aos prazos processuais no Processo do Trabalho, é INCORRETO afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Salvo disposição em contrário, contam-se, conforme o caso, a partir da data em que for feita pessoalmente, ou recebida a notificação, daquela em que for publicado o edital no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho, ou, ainda, daquela em que for afixado o edital na sede da Vara, Juízo ou Tribunal.(B) Contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.(C) O seu vencimento será certificado nos processos pelos escrivães ou chefes de secretarias.(D) Quando vencerem em sábado, domingo ou feriado, terminarão no primeiro dia útil seguinte.(E) São contínuos e irrelevantes, podendo ser prorrogados pelo tempo estritamente necessário pelo Juiz ou Tribunal, ou em virtude de força maior, devidamente comprovada.	<p>Direito Constitucional</p> <p>61. Ao enunciar a liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, a Constituição Federal determina expressamente que o exercício desse direito deve resguardar determinados bens ou valores constitucionais. Encontram-se, entre eles,</p> <ul style="list-style-type: none">(A) o pluripartidarismo, a soberania nacional e a separação dos poderes.(B) a forma federativa de Estado, os direitos fundamentais da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.(C) o pluralismo político, a forma federativa de Estado e a redução das desigualdades regionais e sociais.(D) a soberania nacional, os direitos fundamentais da pessoa humana e a forma federativa de Estado.(E) o pluripartidarismo, a soberania nacional e o regime democrático.
<p>58. São títulos executivos no Processo do Trabalho, EXCETO:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.(B) as decisões passadas em julgado, ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo.(C) as confissões de dívida assinadas pelo empregador em favor do empregado.(D) os acordos, quando não cumpridos.(E) os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.	<p>62. Ao dispor sobre os partidos políticos, a Constituição Federal NÃO impede que a lei</p> <ul style="list-style-type: none">(A) conceda funcionamento parlamentar apenas aos partidos que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles.(B) assegure aos detentores de mandato de deputado federal, estadual ou distrital, ou de vereador, e aos que tenham exercido esses cargos em qualquer período da legislatura que estiver em curso, o direito ao registro de candidatura para o mesmo cargo pelo partido a que estejam filiados.(C) autorize os partidos políticos a receber contribuições financeiras oriundas de instituições estrangeiras sem fins lucrativos.(D) determine o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido político contra o qual fique provado não ter prestado, nos termos da lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral.(E) reconheça o direito de registrar candidaturas às eleições municipais a partidos políticos de base estadual.
<p>59. Em relação à decisão no procedimento ordinário do Processo do Trabalho, é correto afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Das decisões os litigantes serão notificados por oficial de justiça.(B) No caso de revelia, a notificação da decisão será feita por oficial de justiça.(C) Da decisão deverão constar os nomes das partes, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão, sendo dispensável o resumo do pedido e da defesa.(D) Quando a decisão concluir pela procedência do pedido, determinará o prazo e as condições para o seu cumprimento.(E) Não é necessário constar da decisão as custas que devem ser pagas pela parte vencida, podendo o juiz deixar para fixá-las por ocasião da execução.	



63. Entre as hipóteses de perda ou suspensão de direitos políticos expressamente admitidas pela Constituição Federal, encontram-se as seguintes:
- (A) improbidade administrativa, incapacidade civil absoluta e cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- (B) perda de mandato legislativo decorrente de procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar e condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- (C) improbidade administrativa, condenação do Presidente ou do Vice-Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade e renúncia de parlamentar para evitar processo que vise ou possa levar à perda do mandato.
- (D) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado e perda de mandato legislativo decorrente de procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar.
- (E) renúncia de parlamentar para evitar processo que vise ou possa levar à perda do mandato, incapacidade civil absoluta e condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
-
64. No caso de Vice-Governador que, em caso de vacância decorrente de renúncia, tenha assumido o cargo de Governador do Estado, cabe reconhecer
- (A) a legitimidade da apresentação, pela primeira vez, de sua candidatura ao cargo de Governador nas eleições seguintes, assegurada, caso seja eleito, a possibilidade de concorrer à reeleição para um único período subsequente.
- (B) o dever de renunciar ao mandato de Governador até três meses antes do pleito eleitoral, caso pretenda concorrer a outro cargo.
- (C) a legitimidade da candidatura, no pleito seguinte, de seu filho adotivo para o cargo de Governador.
- (D) a ilegitimidade de sua candidatura ao cargo de Governador, caso tenha sido a segunda vez consecutiva que fora eleito para o cargo de Vice-Governador.
- (E) a ilegitimidade da candidatura de sua ex-esposa, caso a dissolução do vínculo conjugal tenha ocorrido no curso do mandato para o cargo de Governador no pleito seguinte.
-
65. O regime constitucional destinado ao Sistema Financeiro Nacional
- (A) obsta que lei ordinária federal estabeleça disciplina destinada aos servidores do Banco Central.
- (B) não veda que medida provisória disponha sobre a participação de capital estrangeiro em cooperativas de crédito.
- (C) impede que os Municípios legissem sobre o tempo de atendimento ao público nas agências bancárias estabelecidas em seus territórios.
- (D) obsta que medida provisória atribua ao cargo de Presidente do Banco Central a condição de Ministro de Estado, em virtude de se tratar da chefia da instituição pública competente para a formulação da política monetária do País e que constitui peça angular do Sistema Financeiro Nacional.
- (E) impede que lei estadual imponha às agências bancárias situadas no território do Estado o uso de equipamento que ateste a autenticidade de cédulas de dinheiro nas transações bancárias.
-
66. O art. 14 da Constituição Federal insere a iniciativa popular entre os instrumentos voltados ao exercício da soberania popular. Nesse caso, autoriza-se a apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles. No entanto, NÃO cabe projeto de lei de iniciativa popular que
- (A) institua novas hipóteses de inelegibilidade eleitoral.
- (B) defina infrações criminais em matéria tributária.
- (C) disponha sobre a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União.
- (D) assegure formas de proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- (E) institua incentivos específicos voltados à proteção do mercado de trabalho da mulher.
-
67. Ao dispor sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal define como inafiançáveis e imprescritíveis os seguintes crimes:
- (A) o racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (B) a tortura e o racismo.
- (C) o terrorismo e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.
- (D) o terrorismo, o racismo e as infrações definidas em lei como crimes hediondos.
- (E) a tortura, o terrorismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
-
68. Ao dispor sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal determina a gratuidade
- (A) do registro civil de nascimento, da certidão de casamento e da certidão de óbito.
- (B) das ações de *habeas data*, *habeas corpus* e mandado de segurança.
- (C) da assistência jurídica integral aos que comprovarem insuficiência de recursos ou a condição de portadores de deficiência física ou de necessidades especiais.
- (D) do registro civil de nascimento e da certidão de óbito aos reconhecidamente pobres.
- (E) das ações de *habeas corpus*, *habeas data*, mandado de injunção e ação popular.
-
69. A liberdade de reunião em locais abertos ao público assegurada pelo texto constitucional
- (A) admite que seu exercício seja submetido, nos termos da legislação, à autorização prévia da administração pública municipal.
- (B) cabe ser exercida independentemente de prévio aviso à autoridade administrativa competente.
- (C) não cabe ser exercida caso venha a frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (D) não cabe ser exercida no caso de manifestações voltadas a induzir, instigar ou incitar a prática de ilícitos, a exemplo das que promovem a defesa da legalização ou da descriminalização do uso de entorpecentes.
- (E) não impede que ato do Poder Público imponha restrições ao uso de determinados locais públicos para reuniões e manifestações públicas, admitindo-as apenas no caso de comprovada natureza religiosa, cultural ou cívico-militar.



<p>70. Nos termos da Constituição Federal, aos servidores ocupantes de cargo público aplicam-se os seguintes direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:</p> <p>(A) repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos e proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.</p> <p>(B) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.</p> <p>(C) seguro-desemprego e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.</p> <p>(D) décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria e aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>(E) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei e proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.</p>	<p>74. Os juros remuneratórios</p> <p>(A) são devidos pelo inadimplemento contratual, à taxa de 1% ao mês.</p> <p>(B) estão limitados a 12% ao ano em todos os casos, podendo-se cobrar em acréscimo somente multa e correção monetária.</p> <p>(C) não estão limitados a 12% ao ano somente se devidos a instituições financeiras, mas não a administradoras de cartões de crédito, que não podem exigir juros remuneratórios acima desse patamar.</p> <p>(D) têm igual tratamento, atualmente, para instituições financeiras ou particulares, em ambos os casos sem limitação a 12% ao ano ou qualquer outro patamar e verificando-se caso a caso eventual taxa abusiva.</p> <p>(E) se devidos a instituições financeiras, ou a administradoras de cartões de crédito, não estão limitados a 12% ao ano, devendo-se examinar caso a caso eventual exigência de taxa abusiva.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Civil</p> <p>71. Do ponto de vista conceitual, em sentido amplo, juros são</p> <p>(A) a remuneração ou os frutos civis de um determinado capital, do qual são acessórios.</p> <p>(B) a atualização do valor nominal da moeda, para evitar sua desvalorização em face da inflação.</p> <p>(C) rendimentos que existem em si mesmos, como coisa principal, tendo como acessório o capital.</p> <p>(D) uma taxa que incide sobre um contrato, em retribuição às custas e despesas do credor.</p> <p>(E) o preço contratual correspondente ao uso de uma coisa infungível.</p>	<p>75. Em relação aos juros, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se os juros moratórios forem previstos sem taxa estipulada, entende-se serem devidos de acordo com a média aplicada pelo Banco Central aos juros remuneratórios, à época do inadimplemento.</p> <p>(B) Quando os juros moratórios não foram convencionados em contrato, entende-se não serem devidos, não podendo ser cobrados judicial ou extrajudicialmente.</p> <p>(C) Anotocismo é a acumulação dos juros vencidos ao capital para por sua vez vencerem juros, ou seja, é a prática de somar os juros ao capital para contagem de novos juros.</p> <p>(D) Os juros moratórios não podem ser exigidos conjuntamente com a multa moratória, por terem ambos a mesma natureza de sanção ao inadimplemento.</p> <p>(E) O anotocismo é permitido como regra, só não podendo ser exigido se o contrato o vedou expressamente.</p>
<p>72. Relativamente aos juros, considere:</p> <p>I. A contagem dos juros não subsiste com a extinção da obrigação principal.</p> <p>II. Não se concebe a obrigação de pagar juros sem que haja uma obrigação principal.</p> <p>III. O reconhecimento da obrigação de pagar juros implica o reconhecimento da obrigação principal.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>76. No que se refere à pessoa jurídica, é correto afirmar:</p> <p>(A) A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações pelas quais passar o ato constitutivo.</p> <p>(B) Os atos de seus administradores, como regra, não a obrigam, salvo se excessivos aos limites dos poderes definidos no ato constitutivo.</p> <p>(C) As decisões, se tiver ela administração coletiva, serão tomadas por unanimidade, a não ser que o ato constitutivo disponha de modo diverso.</p> <p>(D) Se sua administração vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, a extinguirá, determinando sua liquidação.</p> <p>(E) Como regra, o patrimônio dela e de seus sócios confunde-se para efeito de garantia dos débitos contraídos.</p>
<p>73. Quando exigidos judicialmente, contam-se os juros moratórios, nas obrigações ilíquidas</p> <p>(A) sempre do inadimplemento obrigacional.</p> <p>(B) como regra, a partir da data em que a obrigação foi contraída.</p> <p>(C) como regra, desde o ajuizamento da ação.</p> <p>(D) como regra, desde a citação inicial.</p> <p>(E) em regra, do inadimplemento obrigacional e, excepcionalmente, do ajuizamento da demanda.</p>	<p>77. No que concerne à cláusula penal, considere:</p> <p>I. A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo em vista a natureza e a finalidade do negócio.</p> <p>II. Incorre na cláusula penal, se provado dolo e prejuízo, qualquer devedor que deixe de cumprir a obrigação ou se constitua em mora.</p> <p>III. Para exigir a pena convencional, deverá o credor alegar e provar o prejuízo sofrido.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II e III.</p> <p>(E) III.</p>



<p>78. No que tange à cláusula penal e aos juros legais, é correto afirmar:</p> <p>(A) Para se exigir judicialmente a cláusula penal é preciso que tenha sido prevista expressamente, mas não os juros legais, que serão calculados independentemente de pedido expresso.</p> <p>(B) Para se exigir tanto a cláusula penal como os juros legais, será sempre preciso pedido expresso do credor.</p> <p>(C) Tanto os juros legais como a cláusula penal podem ser exigidos independentemente de pedido expresso do credor.</p> <p>(D) Os juros legais e a cláusula penal não podem ser exigidos cumulativamente, por terem a mesma natureza sancionatória.</p> <p>(E) O valor dos juros não pode ultrapassar 1% ao mês, enquanto o valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder 20% o montante da obrigação principal.</p>	<p>Direito Tributário</p> <p>81. A taxa SELIC</p> <p>(A) é um tributo que incide sobre o exercício regular do poder de polícia do Estado consistente em fiscalizar se o recolhimento dos tributos se deu nas datas legais.</p> <p>(B) tem natureza jurídica de contribuição de intervenção no domínio econômico, instituída pelo Banco Central do Brasil e utilizada como instrumento regulador do mercado.</p> <p>(C) pode ser utilizada como referência para a taxa de juros de mora fixada por leis específicas de tributos.</p> <p>(D) é a taxa de juros remuneratórios fixada no Código Tributário Nacional e aplicada, como regra geral, para incidir sobre o crédito tributário em caso de mora.</p> <p>(E) deve ser utilizada para o cálculo dos juros de mora, se a lei do tributo não dispuser de modo diverso, segundo estabelece o Código Tributário Nacional.</p>
<p>79. No tocante aos juros e à correção monetária, é correto afirmar:</p> <p>(A) A correção monetária é uma sanção, consistente na atualização do valor do dinheiro em caso de inadimplemento obrigacional.</p> <p>(B) Em regra, os juros serão ou moratórios, que são os devidos em decorrência do atraso na devolução do capital, ou remuneratórios, representando o fruto ou a remuneração do capital, incidentes desde o momento de sua entrega ao devedor.</p> <p>(C) Não se podem pleitear juros e correção monetária simultaneamente, sob pena de enriquecimento ilícito.</p> <p>(D) A correção monetária depende sempre de previsão contratual expressa para ser exigida.</p> <p>(E) Os juros legais, moratórios ou não, contam-se sempre do evento que caracterizar o inadimplemento obrigacional.</p>	<p>82. A Constituição Federal dispõe, acerca das Contribuições Sociais, que</p> <p>(A) somente podem ser instituídas por lei complementar.</p> <p>(B) têm por finalidade única custear a previdência social.</p> <p>(C) a contribuição de intervenção no domínio econômico tem por fato gerador a regulação da economia e por finalidade gerar recursos para a seguridade social.</p> <p>(D) a contribuição social do empregador não tem natureza tributária, sendo um encargo trabalhista de natureza salarial.</p> <p>(E) a contribuição social para a seguridade social tem por finalidade gerar recursos para a saúde, previdência e assistência social, sendo tributo de receita vinculada.</p>
<p>80. Traduz os efeitos legais do não pagamento do principal e dos juros no vencimento:</p> <p>(A) Não cumprida a obrigação, o credor poderá automaticamente pleitear a rescisão contratual, em título de qualquer natureza, desde que haja cláusula resolutiva expressa, independentemente de constituir o devedor previamente em mora.</p> <p>(B) Inadimplida a obrigação, poderá o credor pleitear de imediato penhora de bens do devedor, independentemente da origem do inadimplemento.</p> <p>(C) Inadimplida a obrigação, poderá o credor exigir do devedor, uma vez constituído em mora, o valor do principal, acrescido de juros, correção monetária, multa (se convencionada), custas e honorários advocatícios.</p> <p>(D) Não cumprida a obrigação e convencionados ou não, poderão ser exigidos somente o principal, mais juros, multa e correção monetária.</p> <p>(E) Inadimplida a obrigação contratual, poderão ser pedidos pelo credor, em qualquer situação, o principal, juros, danos morais, multa, correção monetária e honorários advocatícios.</p>	<p>83. A contribuição social para a seguridade social se adequa às limitações constitucionais ao poder de tributar, previstas no Sistema Tributário Nacional, da seguinte forma:</p> <p>(A) Não se submete à regra da anterioridade anual, mas só pode ser exigida noventa dias da data da publicação da lei que a houver instituído ou modificado.</p> <p>(B) Não se submete à regra da legalidade, podendo ser instituída ou modificada por ato do Poder Executivo, hipótese em que não se submeterá também à regra da anterioridade anual.</p> <p>(C) Deve obediência às regras da anterioridade anual e nonagesimal, bem assim à regra da legalidade, só podendo ser criada ou modificada por lei e exigida noventa dias após o exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei.</p> <p>(D) Deve obediência à regra da anterioridade anual, só podendo ser exigida no exercício financeiro àquele em que a lei instituidora ou modificadora foi publicada.</p> <p>(E) Por não ter natureza tributária, não se submete às limitações constitucionais ao poder de tributar, razão pela qual pode ser criada e modificada por medida provisória.</p> <p>84. Sobre a competência constitucional das contribuições sociais, é correto afirmar:</p> <p>(A) Todos os entes federados têm competência para instituir contribuição de interesse de categorias profissionais ou econômicas.</p> <p>(B) A União e o Distrito Federal têm competência concorrente para a instituição de contribuição de intervenção no domínio econômico.</p> <p>(C) A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é um tributo de competência exclusiva dos Estados e Distrito Federal.</p> <p>(D) Os Estados, Distrito Federal e os Municípios têm competência para instituir contribuição social de seus servidores, para custeio de regime previdenciário próprio, desde que o possuam.</p> <p>(E) Os Municípios podem instituir contribuição de interesse de categorias profissionais ou econômicas nas hipóteses em que não cabe a instituição de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.</p>



85. Considerando a tabela a seguir, fixada para a contribuição social do empregado, considere:

Salário-de-contribuição	Alíquota em %
até 249,80	8,00
de 249,81 até 416,33	9,00
de 416,34 até 832,66	11,00

- I. As alíquotas desta contribuição social são seletivas, pois variam de acordo com o salário de contribuição.
- II. As alíquotas desta contribuição social são progressivas, em razão da base de cálculo, que é o salário de contribuição.
- III. São denominadas *ad valorem* as alíquotas desta contribuição, pois têm por base o salário de contribuição, recebido pelo empregado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

86. O Imposto de Renda de Pessoa Física

- (A) tem lançamento por declaração, na medida em que o Fisco só passa a exigir o crédito tributário decorrente do imposto de renda após a apresentação, pelo contribuinte, da Declaração de Ajuste Anual.
- (B) tem alíquota proporcional, pois as alíquotas vão aumentando gradativamente, conforme vai aumentando a base de cálculo, que é a renda ou provento de qualquer natureza.
- (C) relativamente às rendas auferidas pelos servidores públicos estaduais e municipais, é de competência do Estado e do Município, respectivamente.
- (D) pode ser instituído somente por lei complementar e não deve obediência à anterioridade anual e nonagesimal.
- (E) tem por fato gerador as rendas e proventos de qualquer natureza (acréscimos patrimoniais líquidos) auferidos em determinado período de tempo.

87. Sobre o tema da competência tributária e sua limitação é correto afirmar:

- (A) A competência tributária é fixada por lei do ente político, não podendo ser disciplinada por ato do Chefe do Poder Executivo.
- (B) O não exercício da competência tributária implica a competência suplementar dos Estados, Distrito Federal e Municípios em instituir tributos, disciplinando normas gerais e normas específicas.
- (C) A competência tributária é constitucional e, como tal, expressão da forma federativa de Estado, sendo vedada a delegação do seu exercício a outro ente, ainda que por lei.
- (D) A competência ou capacidade tributária é passível de ser delegada por lei a outro ente, para instituição de tributo, desde que a arrecadação e a fiscalização também o sejam.
- (E) A legalidade, anterioridade, vedação ao confisco, irretroatividade da lei tributária e igualdade são limitações ao exercício da capacidade tributária.

88. Considerando as contribuições, é correto afirmar:

- (A) É inconstitucional vincular o produto da arrecadação às contribuições sociais.
- (B) É a destinação do produto da arrecadação que preserva a natureza constitucional das contribuições sociais.
- (C) Contribuição social que tenha por fato gerador o lucro é inconstitucional, pois lucro está inserido no conceito de renda, fato gerador do imposto de renda.
- (D) Só é possível existirem contribuições de intervenção no domínio econômico com finalidades distintas, se tiverem a mesma hipótese de incidência e base de cálculo.
- (E) A contribuição de melhoria, enquanto contribuição social, deve necessariamente ter receita vinculada, qual seja, a obra pública que justificou sua instituição.

89. O art. 16, do Código Tributário Nacional, define o imposto como sendo a *obrigação que tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relacionada ao contribuinte*. Sobre o imposto, é correto afirmar que

- (A) é classificado como tributo não vinculado, pois no aspecto material de sua hipótese de incidência não há qualquer atividade estatal específica.
- (B) é classificado como tributo não vinculado, pois não pode, de forma absoluta e sem qualquer exceção, ter sua receita vinculada a qualquer órgão, fundo ou despesa.
- (C) o fato gerador não se presta a indicar a capacidade contributiva do contribuinte, por ser tributo não vinculado.
- (D) se submete à regra da legalidade, não se admitindo sua instituição ou majoração por ato do Poder Executivo.
- (E) a competência para instituição e majoração de imposto é classificada constitucionalmente como comum, pois todos os entes federados a possuem.

90. Sobre as espécies de tributos, é correto afirmar:

- (A) É indispensável para definir a natureza jurídica específica de um tributo verificar o destino do produto da arrecadação, mas é irrelevante a denominação que se dá ao tributo.
- (B) As contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico, de interesse das categorias profissionais ou econômicas, para custeio do serviço de iluminação pública e de melhoria estão definidas no Código Tributário Nacional no que pertine aos fatos geradores, base de cálculo e contribuintes.
- (C) A taxa tem por fato gerador a prestação efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, não se confundindo com a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública nem quanto ao fato gerador, nem quanto à classificação constitucional da competência.
- (D) A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é uma espécie de contribuição melhoria, pois se presta a custear os serviços de iluminação pública no que se refere às obras para implantação e manutenção das redes de transmissão e energia elétrica.
- (E) As taxas e os impostos podem ter natureza jurídica de contribuição, desde que estejam vinculados a uma destinação específica e sejam instituídos no campo da competência residual.



Direito Administrativo

91. Acerca do direito de petição assegurado ao servidor público estadual pela Lei Estadual nº 6.677/94, é correto afirmar:
- (A) É franqueado ao servidor requerer, representar, pedir reconsideração ou recorrer administrativamente, sendo condição de admissibilidade do recurso a prova do depósito prévio em dinheiro.
- (B) Quando autoridade superior tiver conhecimento direto de uma falta cometida por um servidor, poderá aplicar penas leves, como a de repreensão, diferindo-se a defesa do servidor.
- (C) Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso interposto por servidor, os efeitos da decisão retroagirão à data da posse efetiva deste.
- (D) Quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, o direito de requerer é imprescritível.
- (E) A prescrição constitui matéria de ordem pública, não podendo ser relevada pela Administração.
-
92. Nos termos da Lei Estadual nº 6.677/94, NÃO constitui dever do servidor
- (A) representar contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- (C) atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo.
- (D) levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo, exceto quando considerar que as mesmas são de pouca relevância.
- (E) ser assíduo e pontual ao serviço, inclusive comparecendo à repartição em horário extraordinário, quando convocado.
-
93. No tocante a prazos no processo administrativo estadual, à luz da Lei Estadual nº 12.209/11, é correto afirmar:
- (A) Começam a correr a partir do primeiro dia após a ciência oficial do postulante e, salvo disposição em contrário, serão computados incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
- (B) Se o postulante falecer no decorrer do processo, os prazos começarão a correr a partir da intimação da decisão que reconhecer a legitimidade do sucessor.
- (C) A Lei Estadual nº 12.209/2011 é omissa em relação ao estabelecimento de prazo para que a autoridade administrativa julgadora emita sua decisão motivada nos processos administrativos.
- (D) Compete à autoridade fiscalizadora verificar se foram excedidos os prazos estabelecidos pela autoridade julgadora e, em caso afirmativo, determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, mesmo que para mera averiguação.
- (E) Solicitando a Administração ao postulante a prática de ato destinado à regularização do processo, este deverá atender tal solicitação no prazo fixado por aquela, sendo que, decorrido esse prazo, extingue-se o direito do postulante de praticar o ato, independentemente da causa alegada.

94. Acerca de recurso, revisão e pedido de reconsideração das decisões proferidas em processos administrativos e com fundamento na Lei Estadual nº 12.209/11, é correto afirmar:
- (A) Nos recursos hierárquicos, se o recorrente alegar que a decisão contrária enunciado de súmula vinculante ou orientação uniforme da jurisprudência administrativa e a autoridade não reconsiderar sua decisão, será encaminhada de ofício cópia dos autos à autoridade judiciária competente a fim de que o litígio seja solucionado no plano jurisdicional.
- (B) O julgamento do recurso administrativo não poderá agravar a situação do recorrente.
- (C) Os atos ditos de mero expediente, bem como os preparatórios de decisão não são passíveis de recurso.
- (D) O recorrente poderá desistir do recurso interposto, desde que o faça antes da remessa dos autos para reapreciação da matéria impugnada e mediante anuência da Administração.
- (E) O pedido de reconsideração incide sobre as decisões de competência originária do Chefe do Poder Executivo ou dirigente máximo da pessoa jurídica da Administração indireta, podendo ser renovado no mesmo prazo de 10 dias.
-
95. Constituem características peculiares dos atos administrativos a presunção de
- (A) discricionariedade, a autoexecutoriedade, e a judiciedade.
- (B) tempestividade, a autorregularidade e a imperatividade.
- (C) legalidade, a inquestionabilidade e a evitabilidade.
- (D) legalidade, a autoexecutoriedade e a imperatividade.
- (E) discricionariedade, a autorregularidade e a evitabilidade.
-
96. Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar:
- (A) Revogação é o ato administrativo praticado por autoridade superior com vistas a corrigir defeito sanável em ato administrativo emanado por pessoa hierarquicamente inferior a esta.
- (B) Cassação é o ato administrativo que suspende os efeitos de ato administrativo anterior, em razão da existência da ilegalidade neste.
- (C) Conversão é a retomada automática de vigência de ato administrativo inicialmente retirado do mundo jurídico por ato subsequente, tão logo este seja revogado pela Administração.
- (D) A ratificação visa a suprimir ato anterior por razões de conveniência e oportunidade, produzindo efeitos que se projetam do passado para o presente.
- (E) Anulação é o desfazimento de ato administrativo por motivo de ilegalidade, podendo ser realizada de ofício ou por provocação de interessado, produzindo efeitos *ex tunc*.
-
97. A modalidade licitatória denominada concorrência
- (A) condiciona a participação dos interessados ao cadastramento prévio e à comprovação, na fase de habilitação, de que possuem os requisitos de qualificação exigidos no edital.
- (B) deve ter o edital publicado na imprensa oficial e em jornal de grande circulação com antecedência mínima de 15 dias da data de realização do evento.
- (C) poderá ser utilizada nos casos em que couber convite ou tomada de preços.
- (D) caracteriza-se pela apresentação de lances verbais e sucessivos até a proclamação do vencedor.
- (E) serve tipicamente para escolha de trabalhos técnicos ou científicos, mediante a instituição de prêmio ou remuneração aos vencedores.



98. Norteia as licitações públicas o princípio
- (A) do julgamento subjetivo, segundo o qual se priorizam as aptidões técnicas e a capacidade financeira dos licitantes para se escolher a proposta mais vantajosa à Administração Pública.
 - (B) da exceção da experiência não demonstrada, que autoriza a Administração Pública, em certos casos, a não contratar com o licitante vencedor, caso ele não demonstre experiência anterior em obra semelhante até a data prevista para celebração do contrato.
 - (C) da vinculação ao instrumento convocatório, o qual determina que, uma vez recebida carta-convite da Administração Pública para participar de tomada de preços, o licitante convocado, caso não tenha interesse em participar, deverá notificar seu desinteresse à comissão de licitação até 2 dias antes da data marcada para realização do evento.
 - (D) da probidade administrativa, que tem como traço peculiar a escolha da proposta com o menor preço para a Administração Pública.
 - (E) da igualdade, que preceitua a isonomia de tratamento para todos os licitantes, ainda que se admita, em certos casos previstos em lei, a fixação de margens de preferência e de critérios preferenciais de desempate.
99. Para os fins da Lei Estadual nº 9.433/05, que dispõe sobre licitações e contratos administrativos no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia,
- (A) obras, serviços e compras de grande vulto são aquelas contratações cujo valor estimado seja superior a 25 vezes o valor mínimo estabelecido para a realização de concorrência de obras e serviços de engenharia.
 - (B) projeto básico é o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
 - (C) reajustamento de preços é a alteração do valor original do contrato, para recompor o preço que se tornou insuficiente ou excessivo, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente ajustado, em razão da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, que agravem o custo da execução do contrato, bem assim para reduzir o seu preço com vistas a compatibilizá-lo com os valores de mercado.
 - (D) licitações sucessivas são aquelas de objeto semelhante e com realização prevista para intervalos não superiores a 30 dias.
 - (E) execução indireta por empreitada integral é quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob responsabilidade solidária comum da contratante e da contratada até a sua entrega àquele em condições de entrada em operação.
100. De acordo com a Lei Estadual nº 9.433/05, sobre a alienação de bens públicos estaduais, é correto afirmar:
- (A) Será dispensada autorização legislativa específica na alienação de imóveis públicos estaduais quando o adquirente for pessoa jurídica de direito público interno, entidade de sua Administração indireta, ou subsidiária.
 - (B) A venda de bens imóveis deverá ser precedida de licitação na modalidade leilão público, sendo que o preço mínimo de venda será fixado com base no valor de mercado do imóvel, estabelecido em avaliação feita por perito contratado.
 - (C) No leilão para venda de bens imóveis, deve o licitante comprovar, na fase de habilitação, recolhimento de quantia correspondente a percentual do preço da avaliação.
 - (D) A licitação poderá ser dispensada na alienação aos proprietários de imóveis lindeiros de área remanescente ou resultante de obra pública, que se tornar inaproveitável isoladamente.
 - (E) Fica a critério da Administração pública estadual fazer constar na escritura de doação de bem imóvel a terceiro os encargos do donatário e a cláusula de reversão.